

Produto Interno Bruto (%)

Estimado
Jan-jun 1992

Previsto
Jan-dez 1992

PIB Total	3.3	0.6
Agropecuário	12.7	8.7
Lavouras	17.0	11.8
Prod. Animal	5.9	4.7
Indústria	0.7	-2.7
Transformação	0.5	-4.1
Const. Civil	4.2	-0.8
Demais	2.9	2.7
Serviços	2.4	1.2
Comércio	-1.5	-1.6
Transportes	7.1	4.8
Demais	1.7	1.7

Fonte: IBGE

Elaboração: Ipea

* variação acumulada em relação a igual período do ano anterior



51 Crescimento de até 1%

Num rasgo de euforia raro para seu estilo contido, o ministro Márcio Marques Moreira se permitiu em maio prever a recuperação da economia ainda este ano, depois da chegada ao fundo do poço. O desempenho da indústria no primeiro semestre e as projeções de organismos de pesquisa ligados ao próprio governo, como o Ipea, indicam que o melhor desempenho possível para o Produto Interno Bruto (PIB), conjunto de bens e serviços produzidos no país, será crescimento de 1%, assim mesmo empurrado pela agropecuária (10,05% de alta prevista).

Pelos números do Ipea, baseados nos levantamentos do IBGE, o fundo do poço foi o primeiro trimestre de 1991, que permitiu alta de 5,82% na produção industrial, na comparação ao fraco primeiro trimestre de 1992. O desempenho decepcionante do varejo paulista, com queda de 10,2% no geral e 20,2% excluídos as vendas de automóveis, e os impactos positivos do acordo setorial, traz a possibilidade de piorar os prognósticos de queda de 3,9% na produção industrial, já negativos.

Para os trabalhadores, às voltas

com níveis recorde de desemprego tanto pelos critérios do IBGE como pelos do Dieese (macabros 16%, na Grande São Paulo, computados subemprego e desistência de procura), as perspectivas não são favoráveis, mesmo que o ligeiro crescimento do PIB se confirme. Isto porque o nível de emprego não se mostra capaz de acompanhar o crescimento, quando ocorre, da atividade econômica. Na hipótese otimista, de sustentação do crescimento por investimentos em modernização, a consequência mais provável é que o número de empregos gerados vá diminuindo proporcionalmente. Assim, a recuperação do emprego será mais lenta do que a do nível de atividade, de acordo com o Ipea, do Instituto de Economia Industrial da UFRJ e a Unicamp.

A perspectiva para os salários dos que ficarem é de recuperação, com empresas de maior porte ignorando os limites da Lei 8.322, de três salários mínimos. Mesmo no quadro atual, de estagnação, o fato de as demissões ocorrerem em primeiro lugar com os trabalhadores menos qualificados, de menores salários, força para cima os rendimentos reais médios.